

LEMA

JUNHO/2025

RELATÓRIO SEMESTRAL DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO

sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. SOBRE O IPMJP	3
1.1.1. PRÓ-GESTÃO	3
2. CONTEXTO ECONÔMICO	4
3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA	5
4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	6
4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	6
5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE	11
6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FISCAL E COMERCIAL DAS EMPRESAS INVESTIDAS, POR MEIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - FIP	13
7. ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES	13
7.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	13
7.2. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS	15
8. ANÁLISE DOS RISCOS	16
8.1. RISCO DE MERCADO	16
8.2. RISCO DE CRÉDITO	16
8.3. RISCO DE LIQUIDEZ	16
8.4. RISCO DE SOLVÊNCIA	17
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	17

1. INTRODUÇÃO

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro tem como objetivo evidenciar o acompanhamento das principais informações dos ativos presentes na carteira do **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa - IPMJP**, em atendimento à regulamentação referente à gestão dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, em especial a Resolução CMN nº 4.963/2021, a Portaria MTP nº 1.467/2022 e seguindo a orientação do Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 3.6 - 21 de fevereiro de 2025.

Conforme preconiza o art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, procurou-se demonstrar que foram atendidos os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência, e que as atividades foram desenvolvidas com boa-fé, lealdade e diligência, além de ter seguido os mais elevados padrões éticos e de conduta.

O Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro utilizará como base para as análises a posição da carteira referente ao fim do mês de junho de 2025. A partir disso, serão analisados “critérios referentes às instituições investidas”, nos quais serão analisados itens em relação aos prestadores de serviço de administração e gestão dos fundos em carteira, e “critérios referentes aos ativos investidos”, em que serão analisadas informações como composição da carteira e risco dos fundos, além da aderência dos investimentos realizados à Política de Investimentos vigente.

1.1. SOBRE O IPMJP

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP) é a autarquia responsável por gerir a previdência dos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Foi criado em 1984 e reestruturado em 2005 com a edição da Lei Municipal nº 10.684, que criou um novo plano de benefícios e adotou outras providências no âmbito previdenciário municipal.

O IPMJP foi criado para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal, que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado à Administração Municipal.

1.1.1. PRÓ-GESTÃO

Desde a adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (PRÓ-GESTÃO RPPS), em 2019, o IPMJP tem se empenhado em garantir a

transparência e a prestação de contas da gestão. Desde novembro de 2022 o Instituto detém o nível III do programa.

2. CONTEXTO ECONÔMICO

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por um ambiente econômico desafiador, tanto no Brasil quanto no exterior. No cenário doméstico, a política monetária manteve-se restritiva, com a taxa Selic elevada a 15% ao ano, em resposta à inflação persistente e às expectativas desancoradas. Segundo o relatório, o IPCA acumulou alta de 5,35% em 12 meses até junho, superando o centro da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional e também o intervalo de tolerância de 1,5 p.p. O desvio persistente da inflação em relação ao objetivo central reforça a necessidade de uma política monetária contracionista por período prolongado.

Apesar do cenário de juros altos, a atividade econômica seguiu aquecida. O IBC-Br registrou crescimento acumulado de 4,18% em 12 meses até maio, e a taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua caiu para 6,2%, o menor patamar da série histórica para o período. O mercado de trabalho aquecido sustenta o consumo das famílias, mas também contribui para pressões inflacionárias, exigindo cautela na condução da política monetária.

O quadro fiscal permanece frágil e segue como um dos principais pontos de atenção. Apesar de o setor público consolidado ter registrado superávit primário de 0,20% do PIB em 12 meses, o resultado nominal alcançou -7,58% do PIB, pressionado pelo elevado custo do serviço da dívida. Além disso, a Instituição Fiscal Independente (IFI) projeta resultados primários negativos até 2035 mesmo no cenário mais otimista, reforçando os riscos de sustentabilidade fiscal.

No câmbio, o real apresentou valorização de 12% frente ao dólar no primeiro semestre, impulsionado pelo elevado diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos — 10,50 p.p. — e pelo fluxo de capital estrangeiro atraído pelas altas taxas reais no país, que chegaram a 9,16%. Essa valorização contribuiu para um arrefecimento parcial da inflação, mas também impactou negativamente os ativos internacionais sem proteção cambial, como o índice Global BDRX, que registrou queda de -7,39% no período.

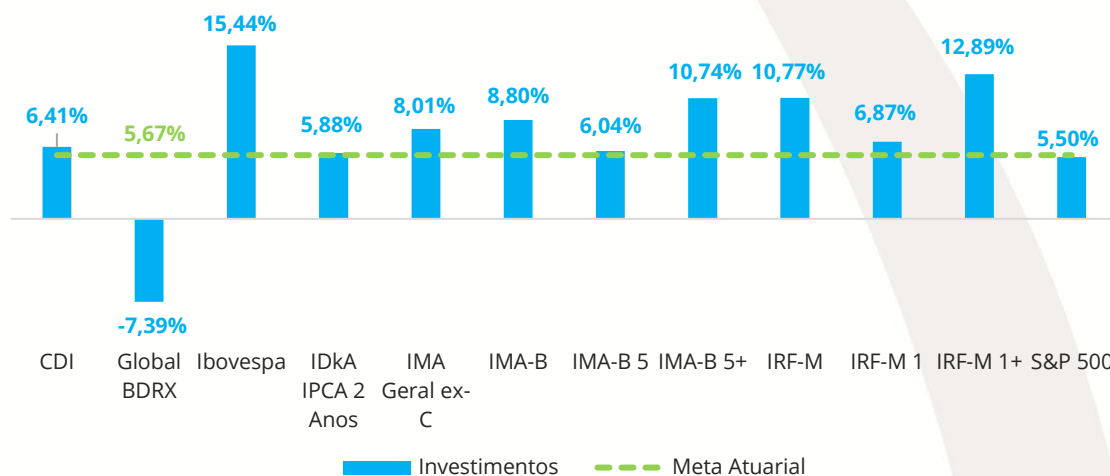
No cenário internacional, os Estados Unidos mantiveram a taxa básica de juros no intervalo entre 4,25% e 4,50%, diante de uma inflação ainda resiliente e da adoção de políticas comerciais mais restritivas pelo novo governo Trump, incluindo tarifas elevadas sobre produtos do México, Canadá e China. O FOMC revisou para baixo a expectativa de crescimento do PIB americano para 1,4% em 2025, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões no comércio global.

A bolsa brasileira apresentou desempenho positivo, com o Ibovespa subindo 15,44% no semestre, impulsionado pelos resultados sólidos das companhias listadas. O índice de small caps (SMLL), por sua vez, apresentou desempenho superior, refletindo a maior sensibilidade das empresas de menor capitalização às mudanças nas expectativas dos investidores.

Em resumo, o primeiro semestre de 2025 foi marcado por um cenário de alta volatilidade e incertezas fiscais, mas também por oportunidades pontuais para investidores. A valorização

do real, a manutenção da Selic elevada, o aquecimento da atividade econômica e o desempenho positivo da bolsa foram os principais destaques, enquanto o risco fiscal, a inflação elevada e as tensões internacionais permanecem como pontos de atenção para o restante do ano.

Rentabilidades - 1º Semestre de 2025



Fonte: Quantum Axis e UNO.

3. REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA

A Gestão de Investimentos do IPMJP é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, a Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2025.

4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Carteira é gerida com atenção e dedicação pela gestão previdenciária, levando em conta os riscos derivados das mudanças econômicas nacionais e internacionais que impactam os mercados. O portfólio é estruturado para mitigar riscos e garantir, a médio e longo prazo, os recursos para os benefícios do IPMJP.

A carteira conta com 24 fundos de investimentos, sendo 8 de Renda Fixa, 10 de Renda Variável, 3 no segmento de investimentos no exterior, 2 fundos multimercado e 1 Fundo de Investimento em Participações. Além disso, o RPPS possui títulos públicos comprados de forma direta e letras financeiras emitidas pelo Bradesco, Safra, BTG e Santander. O objetivo da diversificação é reduzir a exposição a um único risco, mercado ou indexador, otimizando a relação risco/retorno/liquidez e trazendo mais estabilidade aos resultados.

4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPMJP, em junho, estava composta da seguinte forma, em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

ATIVO	SALDO (R\$)	PARTICIPAÇÃO S/ O TOTAL (%)	RESOLUÇÃO CMN - 4.963/2021
TÍTULOS PÚBLICOS	439.617.804,15	55,0%	7, I "a"
BB IRF-M 1 TP FIC RF PREVID	50.062.391,60	6,3%	7, I "b"
BRB BRASÍLIA AUTOMÁTICO FI RENDA FIXA CURTO PRAZO	10.570.364,89	1,3%	7, I "b"
BRADESCO FEDERAL EXTRA FI REF DI	7.074.839,26	0,9%	7, I "b"
BB FLUXO FIC RF PREVID	24.402.460,41	3,1%	7, III "a"
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	5.841.466,59	0,7%	7, III "a"
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FI RF	3.679,14	0,0%	7, III "a"
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	17.007.229,18	2,1%	7, III "a"
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	81.770.546,51	10,2%	7, III "a"
TÍTULOS PRIVADOS	62.854.379,89	7,9%	7, IV
ALASKA BLACK INSTITUCIONAL FI AÇÕES	7.896.798,27	1,0%	8, I
NAVI INSTITUCIONAL FIC AÇÕES	12.276.348,98	1,5%	8, I
CONSTÂNCIA FUNDAMENTO FI AÇÕES	5.344.491,46	0,7%	8, I
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	8.472.495,90	1,1%	8, I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC AÇÕES	20.945.755,82	2,6%	8, I
4UM SMALL CAPS FI AÇÕES	17.581.064,30	2,2%	8, I
XP DIVIDENDOS FI AÇÕES	6.333.224,77	0,8%	8, I
BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FIA	1.812.556,02	0,2%	8, I
FINACAP MAURITSSTAD FI AÇÕES	6.992.661,46	0,9%	8, I
GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FIC FIA	1.694.517,15	0,2%	8, I
MAG GLOBAL SUSTAINABLE IE FIC MULTIMERCADO	1.317.209,88	0,2%	9, II
J CHINA EQUITY DÓLAR ADVISORY IE FIC AÇÕES	506.603,48	0,1%	9, II
BB AÇÕES BOLSAS ASIÁTICAS EX JAPÃO BDR ETF NÍVEL I FIC AÇÕES	899.066,34	0,1%	9, III
CAIXA ALOCAÇÃO MACRO FIC MULTIMERCADO LP	1.686.217,14	0,2%	10, I
BB MULTIMERCADO LP JUROS E MOEDAS	5.064.171,16	0,6%	10, I
FP2 MULTISTRATÉGIA FIP	741.142,08	0,1%	10, II
Total	798.769.485,83	100,00%	-

Fonte: UNO.

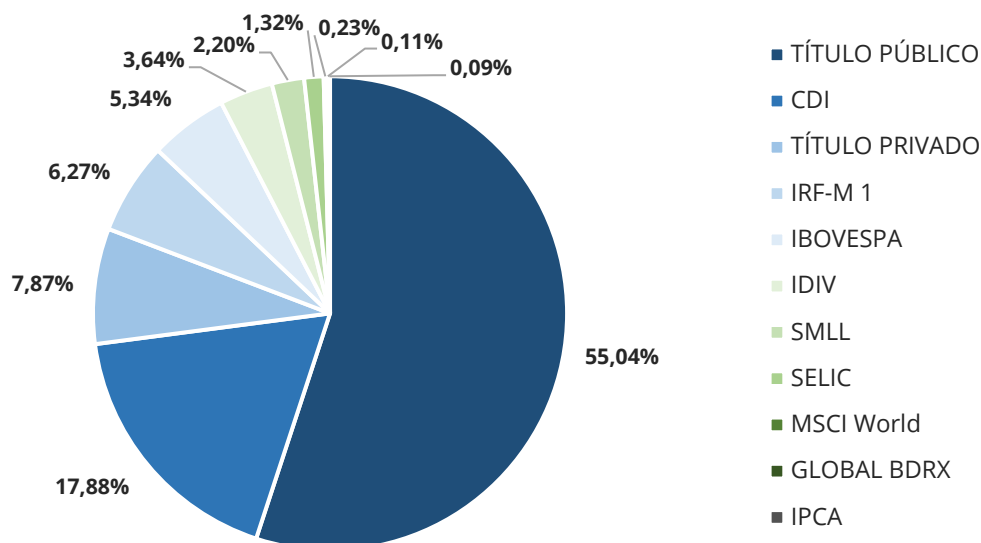
Com relação aos enquadramentos, a carteira de Investimentos do IPMJP possui a seguinte distribuição:

				ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO - POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2025		
Seg.	Tipo de Ativo	Saldo (R\$)	Saldo (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7º, I, 'a' - Títulos TN	439.617.804,15	55,04	40,00	55,00	80,00
	7º, I, 'b' - FI Renda Fixa Ref 100% títulos TN	67.707.595,75	8,48	0,00	15,00	40,00
	7º, III, 'a' - FI Renda Fixa	129.025.381,83	16,15	0,00	5,00	30,00
	7º, IV - Ativos Bancários	62.854.379,89	7,87	0,00	10,00	20,00
	Total Renda Fixa	699.205.161,62	87,54	40,00	86,00	100,00
Renda Variável	8º I - FI em Ações	89.349.914,13	11,19	0,00	11,50	30,00
	Total Renda Variável	89.349.914,13	11,19	0,00	11,50	30,00
Exterior	9º II - FI Investimento no Exterior	1.823.813,36	0,23	0,00	0,50	10,00
	9º III - Ações - BDR Nível I	899.066,34	0,11	0,00	0,50	10,00
	Total de Exterior	2.722.879,70	0,34	0,00	1,00	10,00
Estruturado	10 I - Multimercado	6.750.388,30	0,85	0,00	1,00	10,00
	10 II - Fundo de investimento em Participação	741.142,08	0,09	0,00	0,50	3,00
	Total de Estruturados	7.491.530,38	0,94	0,00	1,50	13,00
	Total PL	798.769.485,83	100,00	-	100,00	-

Em relação à diversificação, os investimentos do IPMJP estão distribuídos em diferentes perfis e fatores de risco, que não sofreram grandes alterações durante o semestre, com a maior parte da carteira se mantendo alocada diretamente em títulos públicos federais (Artigo 7º, Inciso I, Alínea "a"). As principais alterações que ocorreram foram o encerramento da exposição a IRF-M, IMA-B e IMA-B 5 e o aumento da alocação em fundos atrelados ao CDI, ocorridas no início do ano.

Abaixo estão os fatores de risco aos quais o IPMJP esteve exposto durante o primeiro semestre de 2025:

Distribuição por Benchmark



Fonte: UNO - Junho/2025

Distribuição por Benchmark	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
TÍTULO PÚBLICO	53,50%	54,09%	54,32%	54,23%	53,76%	55,04%
CDI	6,62%	17,46%	17,52%	17,92%	18,97%	17,88%
TÍTULO PRIVADO	10,17%	10,03%	10,08%	8,87%	8,01%	7,87%
IRF-M 1	1,47%	6,55%	6,55%	6,34%	6,37%	6,27%
IBOVESPA	5,30%	4,97%	5,25%	5,29%	5,42%	5,34%
IDIV	3,58%	3,45%	3,55%	3,61%	3,69%	3,64%
SMLL	2,16%	2,12%	2,17%	2,22%	2,22%	2,20%
SELIC	0,69%	0,75%	0,00%	0,98%	1,11%	1,32%
MSCI WORLD	0,39%	0,37%	0,35%	0,34%	0,24%	0,23%
GLOBAL BDRX	0,11%	0,11%	0,11%	0,10%	0,11%	0,11%
IPCA	0,12%	0,11%	0,11%	0,10%	0,10%	0,09%
IRF-M	10,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IMA-B	5,12%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IMA-B 5	0,73%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: UNO

Foi realizada a abertura das carteiras dos fundos investidos, identificando onde, de fato, os recursos do IPMJP estão alocados e qual o real nível de risco incorrido pela carteira. A partir daí, esses ativos foram consolidados com o objetivo de verificar onde os recursos estão investidos. A tabela abaixo apresenta as 35 maiores posições da carteira do IPMJP que, somadas, representam mais de 60% dos recursos:

<i>Nome do Ativo</i>	<i>Valor do Ativo (mil R\$)</i>	<i>Participação do Ativo</i>
NTN-B - Venc.: Não Informado	115.732,09	14,38%
Ações (omitidas)	45.382,42	5,64%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/03/2030	28.107,55	3,49%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2026	24.710,54	3,07%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2060	17.463,03	2,17%
Cotas de Fundos (omitidas)	15.150,27	1,88%
Letra Financeira Bradesco – Venc.: 06/04/2026	14.213,86	1,77%
Operações Compromissadas - LTN - Venc.: 01/04/2026	13.954,94	1,73%
Letra Financeira Safra – Venc.: 10/04/2029	13.727,56	1,71%
Títulos Públicos / Venc.: 15/05/2035	13.312,62	1,65%
LTN - Venc.: 01/07/2025	12.509,85	1,55%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2060	11.880,06	1,48%
Títulos Públicos / Venc.: 15/05/2035	10.065,18	1,25%
LFT - Venc.: 01/03/2027	9.939,22	1,23%
Operações Compromissadas - LFT - Venc.: 01/06/2030	9.484,18	1,18%
LTN - Venc.: 01/01/2026	9.167,51	1,14%
Letra Financeira BTG Pactual – Venc.: 04/06/2029	8.547,74	1,06%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2040	8.341,19	1,04%
LFT - Venc.: 01/09/2027	7.952,49	0,99%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2040	7.670,06	0,95%
Títulos Públicos / Venc.: 15/05/2045	7.462,91	0,93%
Títulos Públicos / Venc.: 15/05/2045	7.215,81	0,90%
Letra Financeira Santander – Venc.: 03/09/2026	7.075,45	0,88%
Cotas de BRADESCO FEDERAL EXTRA RESP LIMITADA FIF RF REF DI	7.074,84	0,88%
Letra Financeira BTG Pactual – Venc.: 08/05/2028	6.970,59	0,87%
Títulos Públicos / Venc.: 15/05/2055	6.967,39	0,87%
Letra Financeira Safra – Venc.: 25/05/2026	6.918,61	0,86%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2050	6.537,40	0,81%
Títulos Públicos / Venc.: 15/05/2035	6.525,39	0,81%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2060	6.100,56	0,76%
Disponibilidades	6.095,92	0,76%
Títulos Públicos / Venc.: 15/05/2055	5.962,36	0,74%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2060	5.841,03	0,73%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2060	5.802,45	0,72%
Títulos Públicos / Venc.: 15/08/2040	5.601,81	0,70%

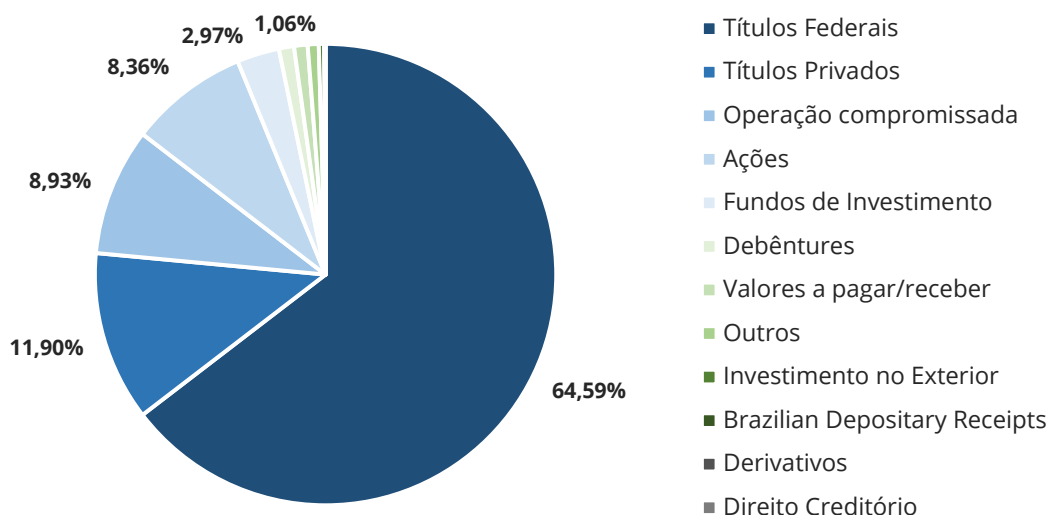
Fonte: Quantum Axis e UNO – 35 maiores posições consolidadas (30/06/2025)

Obs: Respaldados nas regras da Resolução CVM nº 175, fundos investidos pelo RPPS têm suas carteiras recentes omitidas, o que prejudica a consolidação das informações referentes ao fechamento de junho.

Considerando a carteira consolidada, observamos que 64,59% dos recursos do IPMJP são investidos em títulos públicos federais de forma direta e indireta (através da aplicação em fundos de investimento) e 8,93% em operações compromissadas lastreados em títulos públicos federais. Ou seja, o lastro final de 73,5% dos recursos investidos pelo RPPS é o Tesouro Nacional. O risco de crédito destes títulos é considerado o menor do mercado brasileiro (risco soberano).

Outra posição relevante da carteira refere-se à aplicação em ativos de emissão bancária. O somatório dos ativos investidos de forma direta e indireta (através da aplicação em fundos de investimento) representa em torno de 11,9% do patrimônio do RPPS. No que se refere à compra direta (7,87%), vale salientar as letras financeiras são todas de instituições S1 e S2, com rating AAA.

Tipo de Ativo



Fonte: Quantum Axis e UNO - Junho/2025.

Os investimentos em ações representam em torno de 8,4% do patrimônio do IPMJP e são alocados em ações de grandes empresas brasileiras, através de cotas de fundos de investimento em ações de diferentes estratégias, como ações livre, small caps e dividendos.

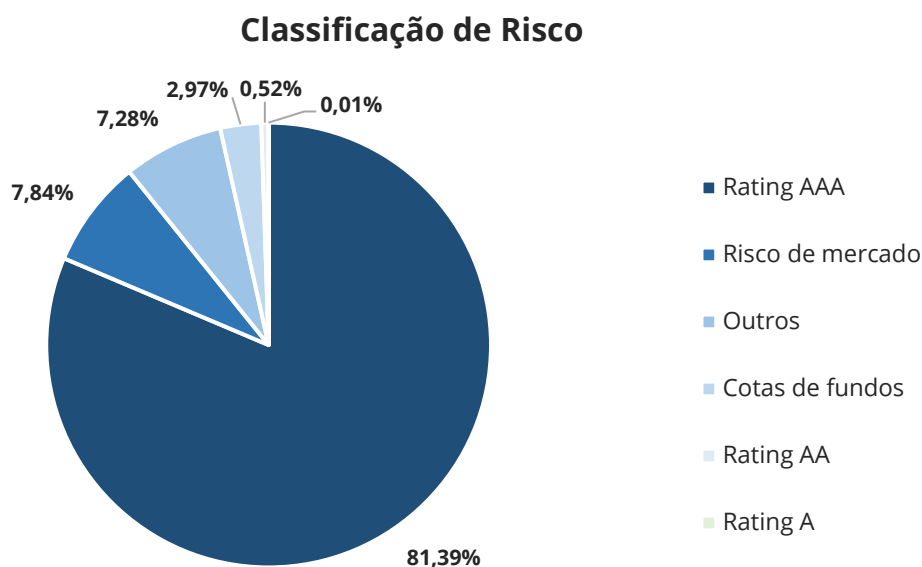
Além disso, cerca de 3,0% são investidos em fundos de investimento que não disponibilizaram as informações sobre as suas carteiras, que têm a prerrogativa legal de omitir suas carteiras por alguns meses.

Em complemento, há participação de 1,06% em debêntures; 0,95% em valores a pagar/receber; 0,77% em ativos clarificados como "outros"; 0,38% em investimentos no exterior; 0,04% em *Brazilian Depositary Receipts* (BDR), que são certificados negociados na bolsa de valores do Brasil, mas representam ações emitidas por empresas sediadas em outros países; 0,03% em derivativos e 0,02% em direito creditório.

Com relação ao risco de crédito, destacamos que a carteira consolidada do IPMJP possui 81,39% dos recursos investidos em ativos classificados como AAA, considerando títulos privados e títulos de emissão do Tesouro Nacional, com classificação equivalente ao *rating*

soberano do país, os quais são considerados como os de menor risco de crédito do mercado brasileiro. Ademais, 7,84% são classificados como “risco de mercado”, pois referem-se a investimentos em ações de empresas, que não apresentam risco de crédito nas aplicações. Também há ativos classificados como “outros” (7,28%), cotas de fundos (2,97%), AA (0,52%) e A (0,01%).

O gráfico abaixo demonstra o baixo nível de risco incorrido nas aplicações do IPMJP:



Fonte: Quantum Axis e UNO.

5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

A seguir é apresentada tabela com os retornos auferidos mensalmente e o acumulado ao longo do semestre, em valores em reais e em percentual. Da mesma forma, a meta atuarial é apresentada com periodicidade mensal e acumulada. O IPMJP atingiu 132,98% da meta atuarial no primeiro semestre de 2025, com rentabilidade de 7,54% contra uma meta atuarial de 5,67%.

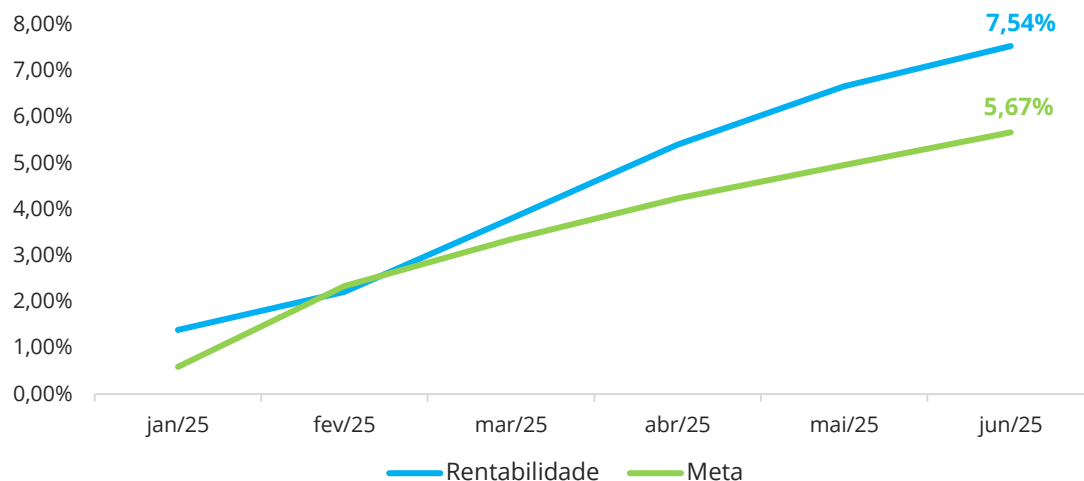
O desempenho da carteira foi influenciado positivamente principalmente pelo percentual alocado de forma direta em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e por instituições financeiras, que são marcados na curva, por fundos atrelados ao CDI, os quais entregaram performance superior à meta no período devido ao patamar da taxa Selic, e por fundos de ações.

Conforme exposto na seção referente ao contexto econômico, fundos de renda fixa mais conservadores, em geral, superaram a meta atuarial no período, contudo, renda fixa de

maior *duration* e especialmente fundos de ações foram os destaques do período.

No que se refere à renda variável, em que o IPMJJP finalizou o semestre com uma alocação próxima a 11%, destacamos que o Ibovespa apresentou rentabilidade superior a 15% no período, contribuindo positivamente para o desempenho da carteira.

Rentabilidade x Meta (1º semestre de 2025)



Fonte: UNO.

Rentabilidade x Meta - Mensal

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
Rentabilidade	1,39%	0,81%	1,56%	1,54%	1,20%	0,81%
Meta	0,59%	1,74%	0,99%	0,86%	0,69%	0,67%
Percentual da meta	235,59%	46,55%	157,58%	179,07%	173,91%	120,90%

Período	Saldo Anterior (R\$)	Saldo Final (R\$)	Rent. (R\$)	Rent. (%)	Meta (%)
1º semestre 2025					IPCA + 5,27% a.a.
Janeiro	706.530.716,78	722.889.705,78	9.764.893,75	1,39%	0,59%
Fevereiro	722.889.705,78	738.697.879,62	5.501.912,68	0,81%	1,74%
Março	738.697.879,62	759.383.783,22	11.996.743,95	1,56%	0,99%
Abril	759.383.783,22	778.952.217,92	11.587.180,91	1,54%	0,86%
Mai	778.952.217,92	795.871.636,26	9.077.710,97	1,20%	0,69%
Junho	795.871.636,26	804.820.202,02	6.581.237,80	0,81%	0,67%
Total	-	-	54.509.680,05	7,54%	5,67%

Fonte: UNO.

6. ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL, FISCAL E COMERCIAL DAS EMPRESAS INVESTIDAS, POR MEIO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES - FIP

O IPMJP tem investimento em um Fundo de Investimento em Participações, o FP2 MULTIESTRATÉGIA FIP (20.886.575/0001-60). O fundo é tido como estressado e adveio do investimento realizado em outras gestões do IPMJP, através da aquisição de cotas do FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES ROMA (16.972.222/0001-06), que foi incorporado pelo FP1 MULTIESTRATÉGIA e posteriormente pelo FP2.

O fundo, que está em processo de liquidação e não tem liquidez para saída dos cotistas, conta com ações das empresas BRAZCARNES e BRAZAL ALIMENTOS, ambas em processo de falência, com a gestão do fundo atuando nos autos da Falência, após a decisão proferida nos autos do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica ("IDPJ").

7. ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES

7.1. VOLUME DE RECURSOS SOB ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Conforme descrito anteriormente, o volume de recursos sob a gestão e a administração das instituições é um dos critérios a serem analisados para evitar o risco de concentração.

Visando reduzir esse risco, o art. 20 da Resolução nº 4.963/2021 impõe alguns limites sobre os valores investidos por um RPPS em relação ao total de recursos de gestão de terceiros geridos por uma mesma instituição ou grupo econômico:

Art. 20. O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em fundos de investimento e carteiras administradas não pode exceder a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômicas, assim definidas pela CVM em regulamentação específica.

O IPMJJP atende o item supracitado, conforme pode ser verificado na tabela a seguir:

Gestor	Valor	% s/ Carteira	% s/ PL gerido (art. 20)
CAIXA DTVM	104.406.198,61	13,07%	0,02%
BB GESTAO DE RECURSOS	99.247.874,71	12,43%	0,01%
4UM GESTÃO DE RECURSOS	17.581.064,30	2,20%	0,55%
ITAU UNIBANCO ASSET MANAGEMENT	14.313.962,49	1,79%	0,00%
NAVI CAPITAL ADM E GESTORA DE RECURSOS FINANCEIROS	12.276.348,98	1,54%	0,48%
PLURAL GESTÃO DE RECURSOS	10.570.364,89	1,32%	0,02%
ALASKA INVESTIMENTOS	7.896.798,27	0,99%	0,10%
BANCO BRADESCO	7.074.839,26	0,89%	0,00%
FINACAP INVESTIMENTOS	6.992.661,46	0,88%	0,61%
XP GESTÃO DE RECURSOS	6.333.224,77	0,79%	0,00%*
CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS	5.344.491,46	0,67%	0,34%
GUEPARDO INVESTIMENTOS	1.694.517,15	0,21%	0,04%
MONGERAL AEGON RENDA VARIÁVEL	1.317.209,88	0,16%	1,83%
ARENA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS	741.142,08	0,09%	0,03%
XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT	506.603,48	0,06%	0,00%

* O valor sob gestão foi considerado o da XP Asset Management.

Já no inciso II do §2º do art. 21, a Resolução nº 4.963/2021 também limita os percentuais de aplicação dos RPPS em geral em relação ao total de recursos sob administração:

II - o administrador do fundo de investimento detenha, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social;

Já com relação aos administradores, a distribuição se dá da seguinte forma:

Administrador	Recursos oriundos de RPPS (R\$ milhões)	Volume de recursos de terceiros (R\$ milhões)	% Saldo de RPPS s/ total de recurso gerido
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	77.272,2	673.422,4	11,47%
BB GESTAO DE RECURSOS DTVM S.A	93.505,1	1.749.935,4	5,34%
BEM DTVM LTDA.	5.899,1	411.097,2	1,43%
ITAU UNIBANCO S.A.	78,2	1.283.050,2	0,01%
BRB DTVM SA	56,0	2.819,7	1,99%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S/A DTVM*	7.786,9	778.572,0	1,00%
BANCO BRADESCO S.A.	16.998,1	769.341,8	2,21%
S3 CACEIS BRASIL DTVMOBILIARIOS S.A***	-	-	-
BANCO DAYCOVAL S.A.**	109,44	20.681,71	0,53%
BFL ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA***	-	-	-
BANCO BNP PARIBAS BRASIL S/A	1.110,6	96.864,3	1,15%

*Utilizado valor do BTG PACTUAL.

**Utilizado valor do Ranking de Gestão.

***Não constam nos Rankings Anbima.

Nas tabelas acima foram detalhados os valores de investimentos do IPMJP e dos RPPS, relacionando-os com os valores totais de recursos sob gestão e administração das instituições. A fonte dos dados da indústria de RPPS e do valor total gerido e administrado pelas instituições foram coletados dos Rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses rankings são atualizados mensalmente e podem ser acessados a partir [deste link \(clique aqui\)](#).

7.2. QUALIDADE DE GESTÃO E RATINGS

O inciso III do § 2º do art. 21 da Resolução nº 4.963/2021 se refere à boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento dos administradores e gestores dos fundos de investimento que recebem recursos dos RPPS.

III - o gestor e o administrador do fundo de investimento tenham sido objeto de prévio credenciamento, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 1º, e sejam considerados pelos responsáveis pela gestão de recursos do regime próprio de previdência social como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.

Como forma de verificar a qualidade da gestão das instituições presentes em carteira, utilizamos os relatórios de ratings de qualidade de gestão no processo de credenciamento das instituições.

O gestor de fundo de investimento que apresentar relatório de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento (Rating de Qualidade de Gestão) inferior às classificações a seguir não poderá ter o seu credenciamento atualizado:

*Moody's: MQ3;
Standard & Poor's: AMP-3;
Fitch Ratings: M3;
Austin Rating: QG 3;
SR Rating: A;
Liberum Ratings: AM3;
LF Rating: LFg3.*

As instituições que realizam a gestão dos fundos de investimento presentes na carteira do IPMJP, com exceção da ARENA CAPITAL (gestora de fundo estressado), atendem ao inciso III supracitado.

Gestora	Agência	Nota	Classificação	Data
CAIXA ASSET MANAGEMENT	Moody's	MQ1	Excelente	04/2024
BB ASSET MANAGEMENT	Moody's	MQ1	Excelente	07/2024
4UM GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	Moody's	MQ2	Muito boa	11/2024
ITAU UNIBANCO ASSET MANAGEMENT	S&P Global Ratings	AMP-1	Muito forte	12/2023
NAVI CAPITAL GESTORA DE RECURSOS	Moody's	MQ2	Muito Boa	09/2024
PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	Fitch Ratings	Excelente	Excelente	04/2025
FINACAP INVESTIMENTOS LTDA	SR Ratings	G2	Muito boa	12/2024
BANCO BRADESCO S.A.	Moody's	MQ1	Excelente	06/2025
ALASKA INVESTIMENTOS LTDA.	Moody's	MQ2	Muito Boa	03/2025
XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA	Moody's	MQ1	Excelente	04/2024
CONSTÂNCIA INVESTIMENTOS LTDA.	Austin Ratings	QG2-	Bom	09/2024
GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	Austin Rating	QG2	Forte	11/2023
MONGERAL AEGON RENDA VARIÁVEL LTDA.	Moody's	MQ2	Muito boa	02/2024
XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT LTDA.	Moody's	MQ1	Excelente	04/2024
ARENA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA	-	-	-	-

8. ANÁLISE DOS RISCOS

8.1. RISCO DE MERCADO

Através do sistema UNO, o IPMJP mantém acompanhamento mensal de indicadores como volatilidade, VaR, Treynor, Sharpe e Drawdown dos fundos investidos e da carteira consolidada, além do acompanhamento da rentabilidade histórica dos fundos, comparando-os com seus respectivos *benchmarks*, a fim de mensurar qualquer distorção do fundo com o mercado no qual atua.

8.2. RISCO DE CRÉDITO

A mensuração do risco de crédito foi realizada no item 4.1 deste relatório.

8.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A carteira conta com uma razoável condição de liquidez, uma vez que grande parte dos recursos (62,9%) está alocada em títulos públicos e privados comprados diretamente, os quais estão marcados na curva, ou seja, indicam a intenção dos gestores de levar os ativos até os seus respectivos vencimentos. Há títulos com vencimentos no curto, médio e longo prazos.

Além disso, o IPMJP possui uma aplicação ilíquida, no caso do fundo FP2 MULTIESTRATÉGIA FIP, que representa 0,1% do portfólio.

No que se refere aos demais fundos investidos, os que disponibilizam os recursos em prazo mais longo o fazem em até 32 dias úteis. Ou seja, mesmo desconsiderando a possibilidade de venda dos títulos públicos a mercado, dentro do intervalo de 32 dias úteis o IPMJP consegue converter 37% do seu patrimônio em caixa, contribuindo para atender à liquidez necessária para o plano de benefícios e para alinhar o fluxo de recursos entre as obrigações e os investimentos do RPPS.

Vale destacar que a aplicação em títulos públicos e privados, bem como sua marcação na curva, encontra-se respaldada em estudos técnicos de compatibilidade dos vencimentos dos títulos com a necessidade atuarial do IPMJP, como o estudo ALM. Dessa forma, consideramos que o nível de liquidez dos investimentos é compatível com as necessidades presentes e futuras do regime.

8.4. RISCO DE SOLVÊNCIA

Visando manter o acompanhamento da situação atuarial, o IPMJP elabora anualmente o Relatório de Avaliação Atuarial, através da contratação de uma empresa especializada para tal (Inove Consultoria). Além disso, o RPPS elabora anualmente o estudo ALM, que busca analisar a situação do fluxo atuarial, indicar uma taxa de retorno que mantenha o equilíbrio durante a vigência do regime e sugerir uma composição de carteira que entregue o melhor nível de solvência em diversos cenários.

Considerando os fluxos de caixa projetados, observa-se que o IPMJP conviverá com sucessivos fluxos de caixa negativos a partir de 2031, oriundos da necessidade de pagar suas obrigações previdenciárias que são crescentes e da redução de suas receitas. Contudo, considerando o resultado dos investimentos (ganhos de mercado), o fluxo se tornará negativo a partir de 2045, e tal situação seria suficiente para manter a solvência do regime até o seu final caso a rentabilidade necessária (taxa real de 6,57%) seja atingida, por conta do volume do patrimônio líquido. Dessa forma, o RPPS não apresenta risco de solvência para o horizonte de curto e médio prazo.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, destacamos que a carteira do IPMJP no primeiro semestre não teve grandes mudanças em sua estratégia, mantendo grande percentual alocado em ativos “garantidores” de meta, especialmente títulos públicos federais adquiridos diretamente e marcados na curva (artigo 7º, Inciso I, Alínea “a”).

LEMA

No que se refere ao desempenho da carteira, a estratégia adotada proporcionou rentabilidade superior à meta atuarial no período, assim como uma baixa volatilidade, especialmente por conta dos títulos marcados na curva e dos fundos DI. Outro destaque positivo no que diz respeito à rentabilidade adveio dos fundos de ações, haja vista o desempenho do mercado acionário brasileiro, conforme exposto anteriormente.

Logo, os ativos que compõem a carteira do IPMJP, dos quais tivemos acesso, não possuem irregularidades (à exceção do FP2 MULTISTRATÉGIA FIP, que é um fundo estressado e sem liquidez) e tiveram desempenho condizente com o contexto do semestre.



Vitor Leitão

Consultor de Investimentos